

Da crise ao impasse

Antônio Barros de Castro

DURANTE o quarto de século que se concluiu no ano de 1973, as nações capitalistas avançadas cresceram a um ritmo historicamente excepcional. A expansão econômica não apenas intensa como relativamente estável lhes permitia — entre outros êxitos — manter o desemprego a níveis reduzidos, ou mesmo, insignificantes.

No segundo semestre de 1973 o preço do petróleo seria drasticamente elevado, saltando de três para aproximadamente 12 dólares o barril. De então por diante, o comportamento do capitalismo revela profundos distúrbios. A expansão se reduz, a instabilidade se acentua e o desemprego se multiplica. Que relações existiriam entre a quadruplicação do preço do petróleo e a deterioração das condições de operação do capitalismo?

Duas interpretações vieram a predominar a este propósito. A primeira trata de atribuir ao “choque do petróleo” uma elevada dose de responsabilidade no desarranjo palpável do capitalismo na fase pós-74. A segunda, de sua parte concebe a quadruplicação como um agravante, ou, quando muito, como o detonador de uma crise que vinha se armando nos anos precedentes.

A primeira interpretação padece de uma debilidade fundamental: a deterioração das condições de operação do capitalismo, perceptível desde a segunda metade dos anos 60, havia-se tornado flagrante por ocasião do inusitado auge observado de 1971 à primeira metade de 1973 (O Capitalismo Ainda É Aquela, de Antônio Barros de Castro, Forense Universitária, Rio, 1979, págs. 55 e 74). Mais precisamente, atribuir a crise que emerge com toda a força em 1975 à quadruplicação do preço do petróleo implica ignorar ou omitir as dificuldades crescentes — excessivo endividamento das empresas, redução do ritmo de crescimento da produtividade, compressão dos lucros das corporações industriais, inflação crescente e desmoronamento da ordem financeira internacional — com que se vinham defrontando em maior ou menor escala as nações capitalistas avançadas nos anos que precedem o “choque do petróleo”.

Mas a segunda interpretação é também insustentável. A quadruplicação do preço do petróleo não pode ser entendida como “gota d’água” que faz transbordar o vaso. A drástica, generalizada e aparentemente irreversível elevação dos custos da energia, cujo primeiro ato apenas se situa no ano de 1973, tem um significado imensamente maior.

Basta ver que segmentos do parque industrial, implantado nas últimas décadas, bem como traços básicos do sistema de transporte, e até mesmo dos padrões urbanísticos de que presente-mente dispõem as economias capitalistas, constituem o resultado de numerosos investimentos que não teriam sido realizados caso se soubesse de antemão que o preço da energia viria a ser drasticamente elevado. Postas as coisas nestes devidos termos, convenhamos, há que abandonar a proposta de interpretação da crise que vê a alta dos custos da energia como um mero agravante.

Se é verdade que as dificuldades do capitalismo não tiveram início com o choque do petróleo, também é verdade que a sua crise atual veio a ser profundamente redefinida por dificuldades que direta e indiretamente derivam do brutal — e ao que parece definitivo — encarecimento do custo da energia.

Um múltiplo impasse

A situação em que presentemente se encontram as nações capitalistas avançadas deve ser entendida como um múltiplo impasse. Sumariamente, poderíamos caracterizá-la da seguinte maneira.

O investimento privado que praticamente estancou ao (elevado) nível alcançado em 1973, mostra-se predominantemente voltado para a adaptação de instalações, o uso de novas formas de energia, a poupança de energia (e/ou matérias-primas), o controle de danos ecológicos, e o aumento da segurança das instalações. Numa palavra, trata-se de investimentos adaptativos, defensivos, obviamente não destinados à implantação de capacidade produtiva adicional.

Taxa média de Crescimento do Investimento Privado

	1960/73	1973/78
EUA	4,9	0,7
Japão	14,3	0
Alemanha	4,2	-0,2
França	7,2	0,2

Fonte: OCDE, Economic Outlook, dezembro de 1979

Não seria este o local indicado para a discussão dos motivos que levaram ao estancamento, bem como a mudança do caráter dos investimentos nos países capitalistas avançados. Caberia lembrar, no entanto, que parte da explicação se deve à crítica situação em que já se encontrava o capitalismo por ocasião do choque do petróleo. Além disto — e ao contrário do que muitos esperavam — não ocorreu o surgimento de fontes energéticas altamente atraentes. Até mesmo os reatores, cuja indústria viveria momentos de euforia em 1974, teriam um êxito fugaz: já a fins de 1975 começariam a cair as encomendas, levando a indústria nuclear (excetuado o caso francês) a mergulhar em profunda crise nos anos subsequentes. Por fim, e numa perspectiva mais ampla, terá também contribuído para o estancamento das inversões a redução do ritmo de surgimento de inovações — tendência observada desde fins dos anos 60. (Existem aqui exceções de relevo, nos campos da eletrônica e da engenharia genética. Vide, a propósito, Technical Change and Economic Policy, OECD, Paris, 1980.)

Deixando de lado o comportamento dos capitais privados, focalizamos por um momento o desempenho dos poderes públicos.

Nas nações capitalistas avançadas, os poderes públicos não dispõem de instrumentos e meios capazes de promover transformações significativas ao nível da estrutura produtiva. Mais precisamente, inexistem, em regra, quer a prática do estabelecimento de programas de natureza setorial, quer os agentes públicos (bancos e empresas produtivas) capazes de implementá-los.

A França, país capitalista avançado em que os poderes públicos controlam grande parte do crédito de longo prazo, e possuem poderosas e agressivas empresas industriais, constitui uma exceção a esse respeito. Seguramente por esta razão, este parece ser o único país onde grandes transformações vem-se verificando em resposta a situação surgida após outubro de 1973. Assim, o petróleo importado, que respondia por 70% das necessidades energéticas do país em 1973, deverá cobrir 50% das necessidades em 1982. Não é preci-

so ressaltar o papel decisivo das empresas públicas francesas na efetivação destas mudanças. Observe-se, aliás, que, enquanto o total dos investimentos privados encontravam-se em 1979 pouco abaixo do nível atingido em 1973, os investimentos das empresas ditas nacionalizadas encontravam-se 78% acima do montante correspondente ao ano de 1973 (Le bilan économique du septennat, L'Express, 28 de março de 1981).

Posta de lado a excepcionalidade francesa, predominam nítida e inequivocamente nos países avançados as políticas de concepção e alcance meramente defensivas. Este gênero de política econômica — centrada sobre o controle da inflação e os cuidados demandados pelo Balanço de Pagamentos — reproduz e confirma a atitude cauta e eminentemente adaptativa dos capitais privados.

Se os poderes públicos pouco ou nada fazem para enfrentar a inédita e desafiadora problemática surgida no período pós-74, não é menos verdade que a sua ação se faz sentir, poderosamente, quando se trata de impedir o colapso das economias. Assim, por exemplo, o déficit público norte-americano virtualmente “explodiu” nos últimos meses de 1974 e primeiro semestre de 1975; a massa de recursos abrupta e automaticamente injetada na economia (através do déficit) teria um papel fundamental na contenção da assustadora queda que vinha sendo observada no nível de atividades. Esta ação “compensatória” do gasto público, em momentos de menor gravidade — como, por exemplo, a meados de 1980 — voltaria a ser fazer sentir de forma significativa.

Somos assim levados a concluir que os poderes públicos, impotentes para superar o inédito contexto com que se defrontam, estão em princípio capacitados para evitar o pior. Lançando mão de uma tosca imagem, a nau da economia está equipada com flutuadores que não lhe permitem naufragar. Ocorre, porém, que não se trata de

cujos movimentos se encontrariam tolhidos pela nefasta presença do Estado.

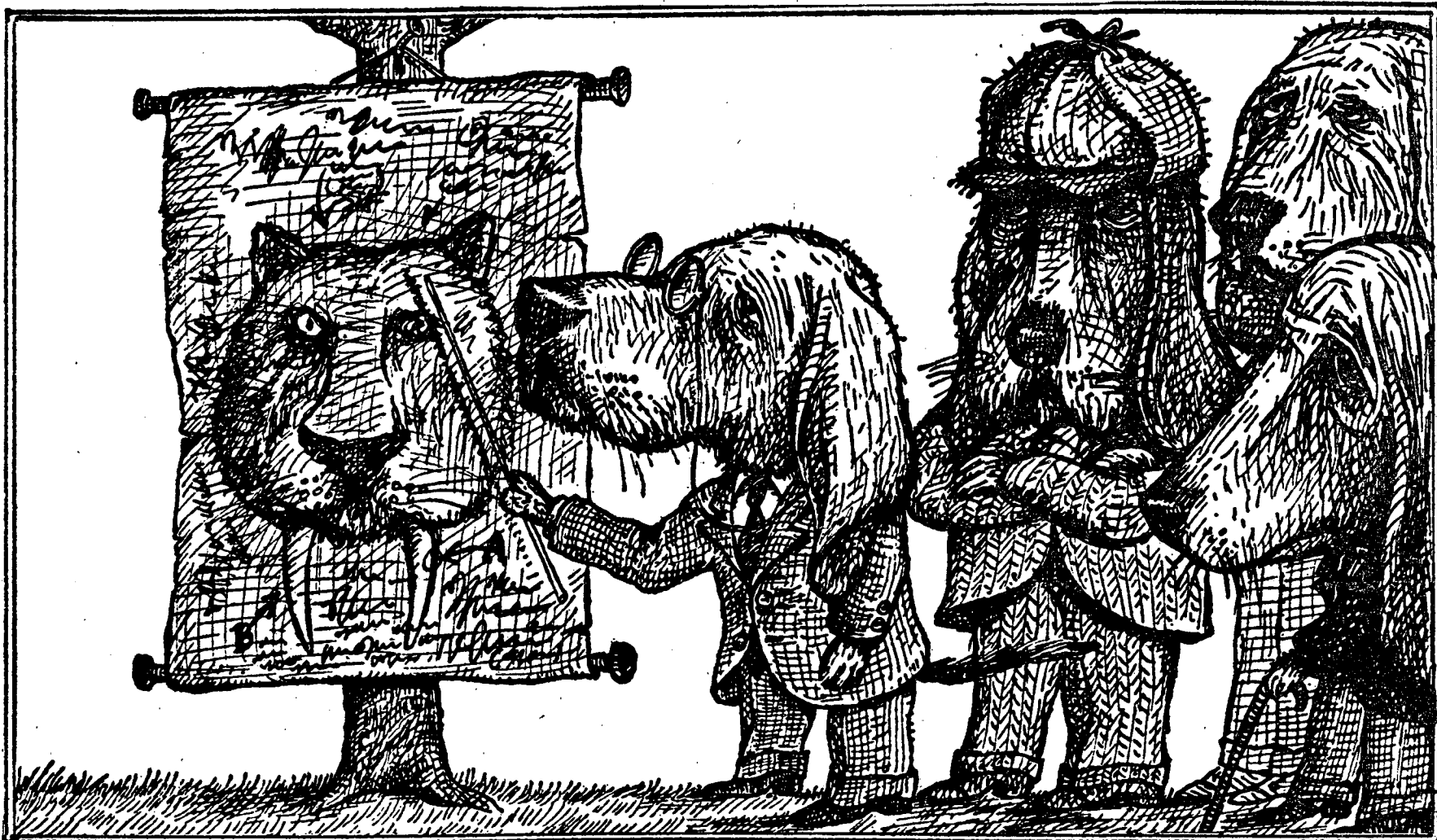
A imensa maioria das empresas, bem como a grande maioria dos trabalhadores nas economias capitalistas avançadas — e especialmente na Inglaterra e nos Estados Unidos — encontram-se em atividades produtoras de “serviços” do tipo comércio (sobretudo de alimentos e bebidas), escolas, hospitais, “serviços para os negócios” e agências públicas. (Emma Rothchild, Reagan and the Real America, New York Review of Books, fevereiro de 1981.) Quanto às atividades industriais, são notoriamente dominadas por gigantes corporações. No primeiro caso, é difícil imaginar que grandes mudanças poderão advir de uma maior liberdade de movimentos e, em particular, como poderá isto afetar a competitividade da economia... Quanto ao núcleo de atividades industriais, o problema primordial consiste em sucatear imensas quantidades de capital sem perspectivas de lucro.

Dadas as quantidades e as escalas envolvidas, será que esta operação, verdadeiramente cirúrgica, pode ser confiada às forças do mercado? A eficácia do mercado como mecanismo de alocação de recursos não supõe grandes números, decisões relativamente independentes umas das outras, e mudanças graduais?

A pregação neoconservadora exalta, em suma, as virtudes de uma economia que não mais existe e ignora a natureza estrutural das transformações requeridas.

Japão x Inglaterra

Há fortes razões para se crer que o múltiplo bloqueio que viemos de esboçar seja por natureza duradouro. Os diversos países que integram o



mera tempestade. Há uma insólita mudança na distribuição das terras e das águas; haveria, portanto, que construir novos mapas e estabelecer novas rotas...

Caminhos opostos

Diante do impasse que viemos de enunciar, poderiam, em princípio, ser escolhidos dois caminhos. Antipodas ideológicos, ambos implicam mudanças profundas nas relações entre o Estado e a economia.

Uma possibilidade teria por base a ampliação da esfera de comando do Estado, ao qual caberia a promoção de grandes empreendimentos visando à reestruturação da economia. O desenvolvimento de novas fontes energéticas, a correção e transformação dos sistemas de transportes e, genericamente, a reciclagem tecnológica do aparelho produtivo seriam os grandes objetivos. A necessidade de projetar, articular, e financiar o conjunto destas transformações exigiria a introdução (reforço, ao caso francês) de alguma modalidade de planejamento.

Na maioria dos casos — os Estados Unidos em particular — isto suporia uma profunda alteração das relações entre o Estado e as corporações. Não porque sejam tênues ou pouco operantes os vínculos entre as empresas e os Poderes Públicos, e sim porque eles foram estabelecidos pela prática dos lobbies, não dispondo o Estado, praticamente, de capacidade enquanto formulador, administrador e executor de projetos.

Uma segunda possibilidade aponta em direção oposta. Parte-se da crença de que as economias capitalistas encontram-se emperradas pela onipresente interferência do Estado e demais instituições extramercado. Trata-se, então, de restabelecer o livre jogo do mercado, e revitalizar a competição, para que os desafios sejam devidos (e espontaneamente) enfrentados pela iniciativa privada. O restabelecimento da competição permitiria que os mais fortes e mais aptos descobrissem os novos caminhos, enquanto os mais fracos desapareceriam, abrindo espaço para o avanço das transformações.

A primeira opção, que aparentava ter as suas chances, imediatamente após a crise, foi como é sabido, ostensivamente deixada de lado. A Primeira-Ministra Thatcher, bem como Reagan, simbolizam a vitória da segunda opção, referendada e reverenciada, em diversos países, por poderosos movimentos “neoconservadores”.

As experiências neoconservadoras encontram-se nos seus primeiros anos, não sendo ainda possível avaliar os seus resultados. Acredito, no entanto, que elas não oferecem saída para a situação atual. E isto por duas razões, igualmente fundamentais.

Os paladinos do neoconservadorismo acreditam que reduzidas a um mínimo as interferências estatais — e debelada a inflação — os empresários se lançariam em busca de novas soluções. Mas quem são estes empresários,

capitalismo avançado não se encontram contudo igualmente bloqueados. E isto por diversas razões, das quais uma apenas será aqui ressaltada.

É possível classificar as economias industrializadas segundo o seu grau de competitividade internacional. À frente da fila encontra-se indiscutivelmente o Japão; a lanterninha parece caber à Inglaterra.

Os mais competitivos dispõem, face à crise atual, de um precioso grau de liberdade. Podem “passar adiante”, quer o déficit de Balanço de Pagamentos que em princípio lhes tocara, em decorrência dos novos preços do petróleo, quer o desemprego que deveriam enfrentar caso tivessem de provocar a contração de suas economias, para absorver o choque do petróleo (o que pode ser evitado, pela expansão das exportações).

Quanto às economias menos competitivas, encontram-se além de tudo o mais — sob o fogo cruzado da alta da energia, das exportações procedentes dos mais competitivos e (por último, mas de importância crescente) de certos países em vias de industrialização. Nestes casos a situação pode chegar a ser verdadeiramente desoladora. A Inglaterra, cuja produção manufatureira decresceu cerca de 11% em 1980, deverá retornar em 1982, ao nível de produção industrial atingido 15 anos antes. (OCDE, Perspectivas Econômicas, dez. de 1980, pgs. 104 e 107. Não caberia aqui estender-se sobre o papel singular do petróleo no Mar do Norte).

A economia brasileira por contraste

A primeira e mais evidente singularidade da economia brasileira — face às nações capitalistas avançadas — é que ela se encontra “em construção”. E a economia que vai sendo construída, aceleradamente neste país, ressalvadas certas diferenças — algumas delas para pior — é a economia que vai sendo condenada nas nações avançadas.

Mais que isto, algumas características do modelo que ia sendo copiado — o uso generalizado do automóvel é aqui um exemplo inescapável — vieram a revelar-se, daqui por diante, rigorosamente inalcançáveis. Visto por este prisma, a questão primeira que aqui se coloca não é desfazer-se de uma estrutura produtiva e consuntiva — que chegou a cristalizar-se, digamos, nos Estados Unidos — e, sim, a alteração da rota de cruzado.

Um segundo grande contraste pode ser estabelecido como desdobramento do anterior. Referimo-nos ao fato de que diversos caminhos encontram-se hoje, mais que nunca, abertos à expansão neste país. Exemplifiquemos, valendo-nos para tanto, inicialmente, do próprio campo da energia.

No que toca à hidroeletricidade, a capacidade presentemente explorada, mais o total de projetos em andamento, mal atinge 25% do potencial existente no país. Quanto ao petróleo, creio ser válido afirmar que somente hoje, após um longo período

de árduos esforços, encontra-se o país em condições de ampliar vigorosamente as suas reservas bem como a sua produção de um óleo custoso mas, sem dúvida, altamente rentável, face ao preço atual do barril. O aproveitamento do carvão para fins energéticos, não é preciso ressaltar, encontra-se próximo ao marco zero.

Contrariamente, em todas estas áreas ditas “convencionais”, os países avançados pouco ou nada têm por fazer. (Excetuados os Estados Unidos, dado a sua excepcional riqueza em carvão). Na economia brasileira, contudo, tanto estas fontes energéticas quanto o álcool (fonte energética não convencional, mas arquitradicional) oferecem uma ampla frente de inversões. A isto se somam, naturalmente, as possibilidades que se descortinam quanto à exploração de recursos minerais e, claro, as oportunidades que decorrem da existência de uma vasta e dinâmica fronteira agrícola.

Por último, mas também importante, observe-se que, não obstante a extrema concentração de renda vigente neste país, o consumo de numerosos bens vem-se difundindo rapidamente por amplas camadas da população (renda familiar de três a cinco e de um a três salários mínimos), o que torna excepcionalmente dinâmicos os respectivos mercados — e entrebre renovadas oportunidades de investimentos. Observa-se aqui mais um contraste com os países industrializados, onde as grandes ondas de difusão dos modernos bens de consumo verificaram-se, sobretudo, nos anos 50 e 60.

O terceiro grande contraste refere-se ao Estado e suas relações com a economia e a sociedade. Nada mais enganoso do que comparar o peso do Estado, no Brasil e nas economias avançadas. O Estado, nos países capitalistas avançados, tem a seu cargo um vastíssimo aparato de serviços e seguros sociais; os serviços sociais no Brasil pesam relativamente pouco... e deixam notoriamente

te desatendida grande parte da população. Além do mais, nos poucos países “centrais” em que o Estado possui e controla importantes setores da economia, esta prática decorre em grande medida — a Inglaterra é aqui também um bom exemplo — da absorção pelos poderes públicos de setores arcaicos, já não mais competitivos (carvão, ferrovias, siderurgia, construção naval).

No Brasil, contrariamente, os setores sob o controle do Estado (ressalvadas, mais uma vez, certas exceções) desenvolveram-se sob a égide do Estado e constituem autênticos pólos de expansão (siderurgia, petróleo, hidroeletricidade, minério de ferro). A eles se agregam diversos outros setores (indústria naval, materiais de telecomunicações, petroquímica, indústria aeronáutica), onde a impulsão dada pelos poderes públicos é irretorquível. Por estas e outras razões, o relacionamento Estado-economia é, pois, radicalmente diverso no Brasil.

Sumariando.

A economia brasileira se encontra a meio caminho de um trajeto que não poderá ser concluído. Não lhe faltam contudo oportunidade de investimento para seguir adiante, explorando oportunidades de corte convencional. O Estado — ao contrário do que se verifica nas nações capitalistas avançadas — encontra-se direta e indiretamente associado à intensa transformação da estrutura produtiva verificada nos últimos decênios.

O conjunto destas características parece sugerir a conveniência e a exequibilidade de uma mudança de rota, preservado e mesmo realimentado o dinamismo da economia. Para isto é necessário, contudo, mobilizar o enorme potencial de que dispõe o Estado, para, exemplificando, combinar um amplo programa de energias convencionais, com profunda reestruturação do sistema de transportes (destacadamente ferrovias, hidrovias e transportes urbanos de massa) e um vasto programa habitacional.

Mas, para que o potencial de que dispõe o Estado seja efetivamente mobilizado, é preciso que a sociedade lhe confira o crédito necessário. Ocorre, porém, que a sociedade no Brasil teme, cada vez mais, o Estado... e tem justificadas razões para temê-lo. Numa palavra, e indo ao fundo da questão, as camadas proprietárias, os profissionais liberais e, claro, os trabalhadores da cidade e do campo não estão dispostos a ceder uma polegada a mais de espaço e poder a um governo que não os representa, pouco os ouve, e raramente os atende.

Neste país, também existe, pois, um grande impasse. Mas o impasse é primordialmente político. A reconciliação da sociedade com o governo e mais precisamente o controle democrático do Estado são aqui pré-requisitos para a redefinição e a retomada de um processo de expansão que, enquanto tal, não apresenta obstáculos insuperáveis.

Antônio Barros de Castro é professor-titular da Coppe (Coordenação do Programa de Pós-graduação em Engenharia), da UFRJ